



CORREIOS E SERVIDORES: UNIFICAR A LUTA RUMO À GREVE GERAL



Contra a aprovação da Reforma Administrativa, PEC 32, cujo objetivo é destruir os serviços públicos ao acabar com direitos dos servidores e da população atendida por eles, foi definido, no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor, ocorrido nos dias 29 e 30 de julho, um calendário de luta composto pelo ato nacional deste dia 3, em Brasília, que marcou a presença da pressão dos trabalhadores no retorno das atividades parlamentares no Congresso Nacional. Também faz parte desse calendário a Greve Nacional, no dia 18/8, com paralisação dos servidores municipais, estaduais e federais.

A mobilização será fortalecida pelos trabalhadores dos Correios, que iniciarão sua Greve Nacional no dia 17/8, em resposta à retirada de direitos, à proposta de reajuste zero e contra a privatização da Estatal. Vale lembrar que a PEC 32 também afetará os trabalhadores das estatais uma vez que, entre muitos ataques, ela torna nula a concessão de estabilidade no emprego para funcionários de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades, por meio de acordos coletivos.

A PEC 32 vai impor o fim dos concursos públicos, dos reajustes salariais, da prestação de serviços à população e o esvaziamento das empresas públicas com desinvestimento e privatizações. O governo mente ao

dizer que são os servidores, na maioria mal remunerados, os responsáveis pelo rombo nas contas públicas. Na verdade, a maior parte dos gastos públicos está direcionado para o pagamento de juros da dívida pública aos bancos. Além do mais, o fim da estabilidade e do ingresso por meio de concurso transformará o serviço público em “cabides” de empregos para apadrinhados políticos, o que, inevitavelmente, gerará mais contratação e menos eficiência no atendimento à população.

As reformas neoliberais do governo Bolsonaro só beneficiam os banqueiros e as grandes corporações capitalistas, que querem se apropriar das empresas estatais a preço de banana e lucrar com a superexploração dos trabalhadores.

Contra esse conjunto de ataques aos trabalhadores, a única saída é a luta unificada de todas as categorias. Vamos à Greve Nacional dos servidores públicos no dia 18/8, unificados com os trabalhadores dos Correios, cuja greve se inicia no dia 17.

É preciso convocar assembleias das outras categorias na mira das reformas e das privatizações, ampliar as manifestações de rua com as pautas dos trabalhadores e organizar a Greve Geral, o instrumento de luta mais importante da classe trabalhadora!

CORREIOS: ATAQUE À ORGANIZAÇÃO SINDICAL PARA TENTAR BARRAR A LUTA DOS TRABALHADORES



As direções sindicais dos Correios em todo o País estão sendo ameaçadas com o fim das liberações dos dirigentes a partir do dia 01/08/2021. O objetivo da direção dos Correios e do Governo Federal é tentar impedir a organização sindical de mobilizar os trabalhadores para a greve unificada, no próximo dia 17/08, contra os ataques do Governo.

As direções sindicais não podem se intimidar, devem manter a firmeza e organizar a greve, que será uma resposta à retirada de direitos, à proposta de reajuste zero, à política de demissões e contra a privatização da Estatal.

Os ataques do governo Bolsonaro devem servir de combustível para que os ecetistas se unifiquem com os servidores públicos, que já aprovaram uma greve nacional para o próximo dia 18/08, contra a PEC 32. Só a luta unificada pode colocar abaixo os ataques do Governo Federal às massas.

É preciso unificar os trabalhadores dos Correios e servidores em uma greve combativa, no próximo dia 18/08, e contra a política genocida do Governo Federal.

Não à privatização dos Correios!

Não à PEC 32!

PRESSÃO POR VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS ESCAMOTEIA PERIGOS DA CONTAMINAÇÃO E MORTES POR COVID



Seja na Educação Básica ou Superior, aumenta a pressão para o retorno presencial ou modelo híbrido de ensino, que transfere para os profissionais da educação, estudantes e suas famílias a responsabilidade pelas vidas no ambiente de trabalho. O Brasil ainda vive um caos no combate à pandemia, com o processo de imunização da população lento e desigual, o que mantém o País com uma alta média de mortes.

Ao invés de aumentar os investimentos, o que se viu nesses 16 meses por parte dos governos federal, estaduais e municipais foi a diminuição dos recursos para a Educação e pouco se fez para criar as condições necessárias ao retorno presencial das aulas, com segurança. A maior parte das escolas sequer possui segurança sanitária. Faltam funcionários, banheiros adequados, possibilidade de distanciamento social e, muitas vezes, até água para higienização.

Voltar às aulas sem condições sanitárias adequadas, sem a imunização em massa, é um crime. É preciso unificar as lutas contra o retorno presencial, como acontece nas greves sanitárias que ocorrem em vários estados e municípios, com a luta em defesa da Educação Pública, direito fundamental da população. A classe trabalhadora não pode carregar o peso da falta de condições ao exercício profissional e de proteção estatal diante das crises.

LIRA PROMETE ACELERAR REFORMAS E PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS



No último dia 28 de julho, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prometeu em suas redes sociais que vai acelerar a votação de pautas importantes a partir da primeira semana de agosto, na volta do recesso parlamentar. Em cumprimento à promessa, a votação da privatização dos Correios já entrou na pauta.

A luta contra as reformas e as privatizações que retiram direitos da classe trabalhadora e destroem as políticas públicas de proteção estatal ao povo deve se intensificar neste segundo semestre. Precisamos unificar os trabalhadores, a começar pelos serviços públicos, que estão na mira do governo entreguista e lesa-pátria.

5 DE AGOSTO: ATO NACIONAL DA ENFERMAGEM, EM BRASÍLIA



No Dia Nacional da Saúde, 5 de agosto, profissionais da enfermagem de todo o País, organizados por seus sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais promoverão um grande ato, em Brasília, para defender a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2564/20, que estabelece piso nacional da Enfermagem e regulamentação da jornada de trabalho em 30 horas.

Com o lema: ***“Valorizar a Enfermagem é Valorizar o SUS”***, a mobilização ocorrerá às 12h30, na Praça das Bandeiras. A categoria cobrará a aprovação do PL e tentará barrar a pressão do setor privado da Saúde, que faz lobby no Congresso Nacional para rebaixar o piso estabelecido no Projeto original.